

DESPACHO Nº 031/2024

PROTOCOLO Nº: 20.450.545-4

INTERESSADO: Diretoria de Gestão, Sustentabilidade e Qualificação do Turismo

Prezadas,

Encaminho, para análise e manifestação, os documentos relativos ao município de Medianeira apresentados no contexto do projeto em questão.

Conforme apontado pelo Paranacidade, foi identificado que o município apresentou o decreto de utilidade pública das matrículas rurais de propriedade privada referentes ao local onde o projeto será implementado. Contudo, salienta-se que as referidas matrículas contêm também a indicação de cessão de uso dos terrenos ao município.

O questionamento é se essa documentação – decreto de utilidade pública e indicação de cessão de uso nas matrículas – é suficiente para a aprovação do projeto.

Nesse sentido, foi solicitado um parecer jurídico que avalie a legalidade desta condição e que possa subsidiar a aprovação do projeto com base nos documentos apresentados.

Solicito, portanto, a gentileza de uma manifestação, por meio de um parecer jurídico sobre a viabilidade da aprovação do projeto considerando os elementos apresentados.

Fico à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Tatiana Nasser e Silva

DIRETORA DE GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E QUALIFICAÇÃO DO TURISMO

Alameda Júlia Costa, 64 | São Francisco | Curitiba/PR | CEP 80410-070 | 41 3304-7058

Documento: **DESPACHOATJ031_2024.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Tatiana Nasser (XXX.765.839-XX)** em 29/11/2024 15:52 Local: SETU/DFDT.

Inserido ao protocolo **20.450.545-4** por: **Daniela Oleinik** em: 29/11/2024 15:48.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
2109f607aabd064610a28881ce29074.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
ASSESSORIA TÉCNICA JURÍDICA

Protocolo: 20.450.545-4
Assunto: Solicitação
Interessado: OSIEL ROBSON DA SILVA
Data: 29/11/2024 18:12

DESPACHO

Senhora Diretora,
Em atendimento ao despacho 031/2024, informo especificamente sobre a questão abordada.

O inciso VI do art. 683. do Decreto 10.086/2022 dispõe que deve constar do Plano de Trabalho certidão atualizada do registro imobiliário, comprovando a titularidade do imóvel por parte do partícipe a quem incumbe a dominialidade do bem.

Pois bem. Neste caso, estamos tratando da revitalização e ampliação da escadaria do Morro da Salete em que o Município, por meio do Decreto 297/2012 declarou de utilidade pública para fins da implantação de trilha e escadaria do Morro da Salete na cidade de Medianeira, sendo dois lotes rurais, que resultou na averbação das respectivas matrículas.

O Lote rural 121 constante da Matrícula 21.677, restou a averbação 25, para constar que a área de 2.375,96 m2 dentro da área maior do imóvel foi declarada de utilidade pública para fins turísticos e religioso.

O Lote rural 122 constante da matrícula 6.402, restou a averbação 7 para constar que a área de 750,00 m2 dentro da área maior do imóvel foi declarada de utilidade pública para fins turísticos e religioso.

Neste sentido, ficou demonstrado que o Município pode fazer uso do espaço declarado por utilidade pública, satisfazendo o inciso VI do art. 683 do citado Decreto.

É a informação.

Ednéia Ribeiro Alkamin

Advogada pública

Resolução Conjunta SEAP/PGE 65/2023.

Documento: **DESPACHO_15.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Edneia Ribeiro Alkamin (XXX.307.839-XX)** em 29/11/2024 18:13 Local: SETU/ATJ.

Inserido ao protocolo **20.450.545-4** por: **Edneia Ribeiro Alkamin** em: 29/11/2024 18:12.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
72ba8942a680b0e1a7a92a43dc3fa63f.

DESPACHO Nº 033/2024

PROTOCOLO Nº: 20.450.545-4

INTERESSADO: Diretoria de Gestão, Sustentabilidade e Qualificação do Turismo

Prezada Diretora Geral,

Informo que a solicitação encaminhada pelo Paranacidade foi devidamente atendida. A Assessoria Técnica Jurídica analisou a questão referente à titularidade e à aceitação do uso das áreas localizadas em dois terrenos particulares, declarados de utilidade pública, com destinação voltada a fins turísticos e religiosos.

Conforme parecer emitido, há respaldo jurídico para a utilização das referidas áreas, observados os requisitos legais e as condições previstas na legislação vigente.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Atenciosamente,

Tatiana Nasser e Silva

DIRETORA DE GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E QUALIFICAÇÃO DO TURISMO

Documento: **DESPACHODG033_2024.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Tatiana Nasser (XXX.765.839-XX)** em 02/12/2024 14:43 Local: SETU/DFDT.

Inserido ao protocolo **20.450.545-4** por: **Tatiana Nasser** em: 02/12/2024 14:43.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
1118dd24946fee6bcd8ff8e167afd306.